

Luiz
Gonzaga 2
Energias
Renováveis
S. A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5.676	2.279
Impostos a recuperar	17	3
Pagamentos antecipados	23	30
Partes relacionadas	1.730	2.016
Total do ativo circulante	<u>7.446</u>	<u>4.328</u>
Pagamentos antecipados	6	29
Total do realizável a longo prazo	<u>6</u>	<u>29</u>
Imobilizado	15.030	2.729
Total do ativo não circulante	<u>15.030</u>	<u>2.729</u>
Total do ativo	<u><u>22.482</u></u>	<u><u>7.086</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivos		
Fornecedores e outras contas pagar	79	33
Impostos a recolher	44	35
Partes relacionadas	500	-
Outros adiantamentos	81	-
Total do passivo circulante	<u>704</u>	<u>68</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	22.200	7.259
Lucros (Prejuízos) acumulados	(422)	(241)
Resultado do exercício		
Total do patrimônio líquido	<u>21.778</u>	<u>7.018</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>22.482</u></u>	<u><u>7.086</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado

Período de 12 de setembro de 2023 até 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas gerais e administrativas	(237)	(223)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(237)	(223)
Resultado antes dos impostos	(181)	(223)
Prejuízo líquido do exercício	(181)	(223)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Período de 12 de setembro de 2023 até 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(182)</u>	<u>(223)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(182)</u>	<u>(223)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.760</u>	<u>(18)</u>	<u>2.742</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(223)	(223)
Aumento de capital em caixa	4.499	-	4.499
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.259</u>	<u>(241)</u>	<u>7.018</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(182)	(182)
Aumento de capital em caixa	14.940	-	14.940
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>22.199</u>	<u>(423)</u>	<u>21.776</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios de 31 de dezembro de 2023 até 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	(181)	(223)
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos operacionais		
Pagamentos antecipados	30	30
Impostos a recuperar	(14)	(1)
Partes relacionadas	286	(1.784)
Fornecedores	46	-
Obrigações tributárias	9	-
Adiantamentos de clientes	-	5
Partes Relacionadas	500	-
Outros ativos e passivos	81	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>757</u>	<u>(1.973)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>757</u>	<u>(1.973)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(12.301)	(536)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento	<u>(12.301)</u>	<u>(536)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	14.941	4.499
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>14.941</u>	<u>4.499</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.397	1.990
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.279	289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>5.676</u>	<u>2.279</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>3.397</u></u>	<u><u>1.990</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Luiz Gonzaga 2” constituída no dia 12 de setembro de 2023, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na BR-232/316, Km 534, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia.

A Companhia é uma controlada direta da Luiz Gonzaga Holding S.A..

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas pela Diretoria.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.4. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia não realizou nenhuma baixa dos seus ativos imobilizados para os exercícios fins em 31 de dezembro de 2023 Fase pré-operacional.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2023, despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento.

3.5. Provisão de desmobilização

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pelo fato de as controladas estarem em fase pré-operacional. A Companhia possui como política contábil o reconhecimento da provisão de desmobilização no momento da entrada em operação e início da depreciação, pois, somente nessa data possui as informações necessárias para elaboração dessa estimativa contábil.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

3.6.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.2. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.6.3. Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

a. Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia avaliou que o CPC 06 (R2) não gera efeitos materiais nas demonstrações financeiras e por isso não efetuou a contabilização dos arrendamentos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

3.6.4. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.6.5. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2023 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
- CPC25 - Contrato Oneroso – custos de cumprimentos de contrato;
- CPC 27 - Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;
- IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura conceitual.

Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 11 - Contratos de seguro;
- CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).